

Regimes de visibilidade e retóricas de empoderamento

Unotas etnográficas de uma pesquisa
com lideranças trans

*Regimes of visibility
and rhetoric of empowerment*

*Ethnographic notes
of a research with trans leaders*

Alexandre Fleming Câmara Vale

Universidade Federal do Ceará

Doutor em Ciências Sociais

acamaravale@gmail.com

03

Resumo

Registrar e refletir sobre trajetórias de pessoas trans no âmbito da militância política sinaliza o reconhecimento de novos “cenários de interpelação”, tanto em relação ao mundo normativo hétero-direcionado, quanto a alguns segmentos do movimento LGBTI+ e feminista. O período que se inicia nos anos 90 até o presente, indica, para tais pessoas, a construção de “retóricas de empoderamento” empenhadas em combater as diversas formas – interseccionadas - de opressão sofrida. O presente artigo propõe, por meio de trajetória pública de algumas ativistas e intelectuais trans, como Janaina Dutra e Camille Cabral, circunscrever alguns elementos constitutivos do movimento de travestis e transexuais no Brasil, enfatizando os processos de ressemantização de suas experiências, pensadas no âmbito de um regime de visibilidade “diurno e engajado”.

Palavras-chave: movimento trans; visibilidade; feminismo; transfeminismo.

Abstract

Recording and reflecting on trajectories of trans people in the context of political militancy indicates the recognition of new “interpellation scenarios”, both in relation to the hetero-directed normative world, as well as some segments of the LGBTI + and feminist movements. The period from the 1990s to the present indicates to such people the construction of an “empowering rhetoric” committed to countering the various - intersected - forms of oppression. This article proposes, through the public trajectory of some trans activists and intellectuals, such as Janaina Dutra and Camille Cabral, to circumscribe some constitutive elements of the transvestite and transsexual movement in Brazil, emphasizing the resemantizing processes of their experiences, conceived within the framework of a “diurnal and engaged” visibility regime.

Keywords: trans movement; visibility; feminism; transfeminism.

Prolegômenos

Início este artigo trazendo para seu plano de escrita uma postagem do Facebook de uma militante trans de Fortaleza, graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, SyssaÁdley Monteiro. Na referida postagem, Syssa narra seu contentamento com uma vitória do coletivo do qual faz parte, o Transpassando¹, que, recentemente, teve seu projeto de atuação política selecionado, dentre 279 concorrentes da América Latina, pelo European Journalism Centre e a Bill & Melinda Gates Foundation. O tema do projeto era “oportunidades para mulheres, hoje”. A equipe do Transpassando irá viajar pelo Brasil, Argentina e Colômbia em busca de “mulheres trans” com atuação no campo educacional.

A postagem celebra a vitória de três anos de duras atividades, mas, ao mesmo tempo, mira um alvo preciso: as pessoas que debocharam do projeto, recusaram-se a ajudar e as associações, políticos e equipamentos LGBTQI+, dos quais, segundo narra, o coletivo nunca recebeu apoio ou financiamento. Syssa então dispara: “*um Governo e uma prefeitura que só nos dá migalhas. Equipamentos LGBTQI+ que só fazem prevenção de ISTS/DSTS, ato show e eventos para aflorar o ego da militância que ocupa o poder no Ceará*”. Ela endereça ainda críticas à militância que, segundo ela, “*diz estar interessada na luta dos nossos direitos, mas que nunca põe em pauta educação, trabalho e saúde, mas apenas se mantém no poder. Os mesmos ciclos, as mesmas pessoas, mesmas alianças, mesmos discursos, mesmas migalhas e lucrando as nossas custas*”.

1 O Transpassando foi instituído em 2015 como Programa de Extensão da Universidade Estadual do Ceará. Oferece “cursos profissionalizantes, pré-vestibular, debates políticos e produção artística e cultural para o público transexual e a população LGBT”. Sua missão, diz ainda o site, consiste em: “Possibilitar a formação para o ENEM de travestis e pessoas trans através de um programa de educação cuja meta é a conclusão da escolarização média e o acesso à educação superior numa perspectiva de fortalecer ações de combate à transfobia e seus efeitos; facilitar o acesso à formação profissional das travestis e pessoas transgêneras como modo de minimizar os efeitos de segregação da vida escolar e profissional produzidos pela experiência da transfobia; contribuir para a formação de sujeitos autônomos fortalecendo as experiências de fala e decisão. Site: <https://www.facebook.com/TransPassando-UECE-430166990511351/>

No momento em que li essa postagem, estava iniciando a escrita deste artigo, que havia denominado, provisoriamente, de “notas etnográficas sobre um trabalho de campo com lideranças trans”, e que seria um recorte de minha experiência de pesquisa com pessoas trans na militância e em situações de migração, abordando especialmente o trabalho de pesquisa realizado junto a Janaina Dutra, em Fortaleza e a Camille Cabral, em Paris. Desde 1994, acompanho a movimentação e a luta de pessoas transgêneros pelo reconhecimento de sua existência social e cidadania. Nos idos da década de 80 e início da de 90, a maioria dos trabalhos sobre pessoas trans na academia – especialmente nas Ciências Sociais – era constituída de escritos por pesquisadores “homens gays” e pesquisadoras “mulheres biológicas”. A academia não contava ainda com pessoas trans em suas cadeiras. Tampouco falar-se-ia de “intelectuais orgânicas trans” escrevendo sobre suas trajetórias e inseridas no “tatame” da luta com suas comparsas de outras gerações, como se pode depreender do relato de Syssa Monteiro. Impensável ainda era a candidatura de pessoas trans para cargos legislativos, apresentando-se como travestis ou “mulheres trans”².

Pensando comparativamente com outros momentos que presenciei do movimento trans local e internacional, três aspectos particularmente importantes na economia política da visibilidade trans podem ser destacados na fala de Syssa: o lugar da educação, o referente sociológico “garoto” e a ideia de gerações (e distinções) entre comparsas no atualmente chamado “movimento trans”. O lugar da educação, como tentarei mostrar, é acompanhado por uma retórica de

2 Como foi o caso de Kátia Tapety como travesti eleita vereadora (pelo PFL) em 1992, 1996 e 2000, na cidade de Colônia do Piauí. Em Fortaleza, temos uma mulher trans, Helena Vieira, disputando uma vaga para deputada federal pelo PSOL, nas eleições de 2018.

empoderamento³ que interpela tanto os lugares destinados às travestis em sua vida diurna da escola, quanto os trabalhos na academia escritos sobre suas experiências. O deslocamento sugerido pela experiência trans na maneira de nomear os referentes sociológicos simplifica a interpelação em relação a um certo feminismo fundamentalista para o qual a categoria “mulher” gozaria de certa estabilidade. Por fim, a ideia de dissidências no próprio movimento, diz respeito ao fato que, desde que um novo regime de visibilidade se instituiu entre pessoas trans (especialmente a partir do trabalho nas associações de luta contra a AIDS), as reivindicações políticas extrapolaram os limites de um “*empoderamento tutelado*” (CARRARA e CARVALHO, 2013) para constituir uma agenda marcada pelo diálogo com outras minorias, mantendo uma pauta voltada para pensar novas pedagogias do gênero para além do binarismo que marca a experiência hegemônica da heterossexualidade como política sexual.

No intuito de discorrer sobre algumas das questões acima anunciadas, lanço mão de um material etnográfico coletado entre os anos de 1994 a 2013, período em que pesquisei a experiência trans no contexto fortalezense, brasileiro e parisiense. Priorizo aqui as entrevistas realizadas com Janaina Dutra, em Fortaleza, e Camille Cabral, em Paris. Ambas são nordestinas e reconhecidas como lideranças do movimento trans. Parto dos relatos construídos na experiência vivida por ambas para discorrer sobre alguns momentos constitutivos do movimento trans brasileiro. O

3 A ideia de uma “retórica do empoderamento” (2017:50-54) é pensada aqui a partir do trabalho de Thomas Csordas. A retórica é tomada como um dos aspectos do discurso - seu “fio de corte”, - e consiste no meio pelo qual os participantes de uma certa comunidade linguística são convencidos da validade e relevância dos enunciados que definem uma imagem legítima e eficaz do grupo. A retórica é aquilo que propõe, que redireciona, oferece novos caminhos para pensar a experiência na qual os indivíduos estão inseridos. Esse redirecionamento da atenção - as pessoas passam a ver as coisas com outros olhos, sob novos pontos de vista -, equivale à criação de significado. Para compreender a natureza específica das eficácias é preciso construir uma hermenêutica da retórica cultural em funcionamento nos diversos discursos ou comunidades linguísticas.

intuito aqui é empreender uma reflexão compartilhada sobre alguns elementos constitutivos da atual retórica do empoderamento que tem lugar na economia política da visibilidade trans.

“Do glamour para a política”: visibilidade e novas retóricas de empoderamento no discurso de Janaina Dutra

Meu encontro com as temáticas ligadas às experiências de pessoas travestis e transgênero teve início há aproximadamente duas décadas, por ocasião de uma pesquisa etnográfica numa sala de cinema pornô, no centro da cidade de Fortaleza, o Cine Jangada⁴. No cinema, as travestis (na época as palavrastrans ou transgênero não eram empregadas), além de utilizarem o espaço do cinema para a venda de serviços sexuais, encontravam ali um lugar privilegiado de sociabilidade. Em suas mãos, o cinema se transformava em “palco”, “camarim”, “escola”, “terreiro”, “centro de convivência”. O escuro do cinema aparecia, principalmente naquele momento, como uma espécie de metáfora da experiência que viviam no seu cotidiano, destinadas que estavam a uma vida noturna e “invisíveis” para as experiências diurnas da escola e do trabalho formal. Realizei quase dois anos de pesquisa naquela sala, até o momento no qual o cinema fechou suas portas em 1996.

Dois anos depois, já no começo de 1999, reencontrei algumas travestis que havia entrevistado no cinema. O contexto, agora, era muito diferente: já não se tratava da invisibilidade e clandestinidade de uma sala de cinema para filmes pornográficos, mas daquele das mobilizações de luta contra a AIDS. Todo um conjunto de ressignificações era agora incorporado ao cenário da política sexual local, nacional e internacional,

4 Essa pesquisa deu lugar ao livro *No Escurinho do Cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo: Annalume, 2000.

e uma efervescência diurna, acompanhada de um discurso militante, passava a ter lugar. Durante este período, nas associações de luta contra o HIV e a AIDS, muitas travestis tinham se tornado “multiplicadoras”, “agentes de saúde”, “educadoras sociais” e, posteriormente, “militantes da causa transfeminista”. A AIDS, disse-me certa vez Janaina em 1999, *“trouxe muita visibilidade para elas, foi um passaporte do glamour para a política”*. Afinal, complementa, *“elas hoje são mais presentes, estão mais visíveis, mais sabedoras de seus direitos, mesmo que a vida de boa parte ainda seja muito precária”*. Janaina referia-se especialmente ao trabalho na associação e ao advento da AIDS que, segundo ela, *“veio trazer outra visibilidade ao movimento, veio trazer a história da reivindicação política acima do paetê e da lantejoula colorida”*.

Nos primórdios do movimento, o reconhecimento de que se tratava de um grupo “vulnerável” possibilitou a problematização e posterior visibilidade acerca dos elementos constitutivos dessa vulnerabilidade. A problemática expandiu-se para além da prevenção ou, como querem Carrara e Carvalho⁵, para além de um *“empoderamento tutelado”*, e ganhou uma dimensão coletiva, tanto pela via do agrupamento realizado nas ONGs, quanto pelo fato de que as mobilizações estatais baseavam-se em uma metodologia denominada de *PeerEducation* (educação por pares). Com o surgimento da AIDS, o Estado entendeu que era preciso acessar as profissionais do sexo para reduzir os índices de infecção. Isso

5 Em seu texto sobre a história do movimento trans, Carrara e Carvalho (2013) destacam a luta pela inclusão de travestis no emergente movimento homossexual dos anos 1980-1990. No movimento homossexual dos idos dos anos 70, a questão central era a conquista de respeitabilidade social para homens homossexuais, o que significava distinguir entre performance de gênero e desejo. A escolha do termo “orientação sexual” responde a isso: desejar uma pessoa do mesmo sexo não implicaria em ser do outro sexo e/ou gênero. A distinção que antes era feita entre “entendidos” e “bichas” se reconfigura com as categorias “homossexual” e “travesti”. A hipótese de Carrara e Carvalho acerca da construção de uma identidade (política) travesti acontece quando o movimento deixa de priorizar a homossexualidade para se basear em identidades coletivas. Travesti não seria, portanto, uma categoria pré-moderna ou tradicional, uma vez que “é no âmbito das transformações por que passa a categoria ‘homossexual’ nos anos 1970 que se projetam ‘gays’, de uma lado, e ‘travestis’, de outro”.

só poderia ocorrer “entre pares”. Somavam-se a essa metodologia as ideias de advocacias e *empowerment*, que compuseram o mosaico das mobilizações e reflexões de si que viriam a seguir. Nessa “captura estatal”, cursos de capacitação e financiamento de projetos possibilitaram a constituição de travestis, transexuais e transgêneros como sujeitos nos campos jurídico e político.

A advogada Janaina Dutra estava diretamente vinculada a esse processo no Ceará. Eu realizava minha pesquisa de campo ao mesmo tempo em que participava como voluntário nas associações às quais me vinculei. Primeiramente em Fortaleza e, posteriormente, em Paris. Em Fortaleza, eu fui acolhido em 1999 por Janaina Dutra, dentro do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma ONG fortalezense voltada para a luta contra a homofobia e o cuidado com pessoas vivendo com HIV. Ali, realizei algumas oficinas sobre sexualidade e gênero, utilizando os filmes de Almodóvar, ao mesmo tempo em que participava no cotidiano da Associação. O momento era particularmente intenso no que tange à mobilização nacional de travestis, transexuais e transgêneros. Desde 1992, elas haviam iniciado uma série de encontros no intuito de criar uma rede que proporcionasse uma articulação política no cenário nacional. Em 1993, foi criada a primeira associação de travestis do Brasil, a ASTRAL, e o ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados na luta contra a AIDS). Daí em diante, surgiram várias associações⁶.

6 Em 1995, é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT. E finalmente em 2000, em Porto Alegre, é fundada a Articulação Nacional de Transgêneros, que depois se tornaria Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA. RENATA (Rede Nacional de Travestis), em 1994; RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados) e ATRAS (Associação de Travestis de Salvador), ambas em 1995; ASTRAV (Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados na luta contra a AIDS), em 1999; ASTRA-RIO (Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro), em 2005.

Em Fortaleza, Janaina Dutra criou, em 2001, a ATRAC, Associação de Travestis do Ceará. Sua militância, como destaquei, havia nascido no GRAB, do qual foi vice-presidente. Depois de fundar e presidir a ATRAC, foi presidente da ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros) e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Janaina era uma “trans militante”, nascida em Canindé, interior do Ceará. Sua transformação aconteceu quando estudava Direito em uma universidade particular de Fortaleza⁷. Era tomada por seus pares como uma advogada muito inteligente e que gozava de bastante prestígio no mundo associativo local, bem como entre suas comparsas nacionais. Janaina acreditava na solidariedade como princípio moral. Nossa parceria na pesquisa que eu realizava era afinada e Janaina tanto empenhava-se para que mantivéssemos as oficinas sobre sexualidade e gênero a partir dos filmes do diretor espanhol como as reclamava no momento de suas aparições em público.

Meu contato com ela incluía as horas que passávamos conversando em sua casa, onde morava com seus pais, as discussões no

7 Certa vez indaguei sobre seu nome, como o tinha escolhido. Ela disse que seu nome veio depois da experimentação de alguns outros. Narrou assim seu processo de nomeação: “antes de ser Janaina Dutra, fui Stela Mares. Nós éramos um grupo, o grupo do ‘S’. Todas elas tinham o nome começado por ‘S’. Tinha a Silibina Tompson, Suely Paco Rabane, Sonica Malboro, a Surama Kinseger, todas começado por ‘S’ e eu tinha o nome Stela Mares. Eu achava muito centro educacional. Aí descobri o nome de Bertram Rinkel, cineasta alemão que era muito assimilado ao Nelson Rodrigues e [que] questionava os valores como a fidelidade, a família, tinha uma coisa muito irreverente nessa questão e ficou uma junção legal, Stela Rinckel. Foi meu primeiro nome, quando fiz Miss Rio Grande do Sul em um concurso, representando a descendência alemã [risos]. Montei a personagem muito em cima disso. Parecia a Mortícia Adams. A Janaina tem uma história. Eu estava em uma praia na Barra do Ceará (Fortaleza) tomando banho, já hormonizada, quando uma mulher me pediu para acender um cigarro. Ela me olhava assim meio à distância, um olho verde, com a cabeça raspada, meio doída, lunática. Ora, na época não se usava cabeça raspada nem em homem, que dirá em mulher. Eu acendi o cigarro dela e ela perguntou meu nome. Respondi ‘Jaime’ e ela disse que era Janaina. Ela disse com uma ênfase tão grande no olhar e achei tão bonito que juntei o sobrenome da minha mãe e fiquei Janaina Dutra.”

GRAB e na ATRAC e as sucessivas entrevistas que realizamos. Participei de alguns eventos nacionais ao seu lado. Nesse trajeto, o trabalho sobre Almodóvar já havia assumido um lugar secundário na pesquisa e as experiências de vida de travestis, transexuais e transgêneros, tanto no cotidiano cidadão quanto na militância, passaram a ser o alvo de meu empenho. Remanejar a pesquisa era tanto sucumbir aos apelos de apoio a uma causa, quanto circunscrever o novo “campo de possíveis” que a experiência possibilitava. Afinal, no contexto de repolitização do campo sexual, tornado possível com o aparecimento da AIDS, mais de dez associações de travestis e transgêneros foram criadas no Brasil. Manifestei o interesse em registrar essa experiência e Janaina não media esforços para viabilizar contatos, material, bem como acesso a pessoas ligadas à Articulação Nacional das Transgêneros. Um intenso trabalho de cooperação estabeleceu-se entre nós. Janaina realizou 8 entrevistas com lideranças nacionais do movimento, a partir de um roteiro que havíamos definido. Refiz algumas entrevistas e complementei a amostra com aproximadamente 15, incluindo tanto as travestis e transgêneros que participavam dos projetos da ATRAC quanto às lideranças da mobilização nacional⁸.

Uma dessas pérolas coletadas por Janaina refere-se a relato sobre a ressemantização de categorias utilizadas para falar da experiência de travestis e transexuais, narrada por uma liderança que

8 Certo dia, perguntei como ela tinha sentido às entrevistas que realizou. Referindo-se às entrevistas com as representantes de associações de travestis e transgêneros do Brasil, ela me disse: *“As entrevistas fluíram muito conforme cada uma, conforme a sua experiência, entendeu? Eu tentava assim não falar muito, não opinar, para não... para não to-ther, para não tanger a entrevista, para não tirar a naturalidade do expressar de cada uma... e assim até a própria espontaneidade. Acho que você vai encontrar pérolas maravilhosas assim no meio... E assim como elas têm os mesmos hábitos de vestir quase o mesmo tipo de roupas, de falarem o mesmo idioma, [mas] são tão diferentes em preferência, em postura, no pensar... Culturalmente eu acho que ficou rica essa coleta, porque culturalmente são oito entrevistas feitas, [que representam] sete estados diferentes e regiões diversificadas [do Brasil], porque quanto mais longe, maior o choque cultural, mais particular seus ‘modus vivendi’”*.

Janaina apreciava bastante, a Bárbara Granner, que dizia: “A questão é defender o feminino da travesti. Ela tem que ser chamada como a travesti e não como o travesti. É um contrassenso você definir com o artigo masculino (...).Eu faço questão de defini-la como feminina, porque ela é um ser feminino.” Essa ressemantização pode ser tomada como um dos primeiros momentos na construção de uma retórica de empoderamento no movimento das travestis. Na mesma fala, Granner destaca a patologização implícita no sufixo “ismo”, algo também que o nascente movimento precisaria redimensionar. Ela diz: “Eu acho que a travestilidade(ao invés de travestismo)significa a qualidade de se ser travesti, porque é uma qualidade ser travesti, é uma coisa positiva ser travesti. Eu defendo muito o termo travestilidade. É uma questão de pura democracia(...). Eu não acho correto que a travesti continue tendo essa conotação de doença, de errado, de uma coisa passível de crítica”.

Janaina encampava e militava por essas ressemantizações. A narrativa de Granner dá ensejo a um tipo de reflexividade que se traduz em novas barganhas políticas, especialmente no que tange a um novo tipo de visibilidade. Nas entrevistas com Janaina e outras pessoas trans que participavam de sua equipe no GRAB, existem indícios dessa produtividade política de ressignificações e reconhecimento do trabalho nas associações. Elas faziam referências como: ter a carteira da associação como distintiva, especialmente nos momentos de batida policial, ser acordada no meio da noite por alguém da vizinhança para alguma urgência de saúde ou pedidos de camisinha, ser reconhecida por familiares por trabalhar em uma associação e não na prostituição etc. A ideia do envolvimento nas associações como um “passaporte para a política” podia ser percebida nesses relatos que faziam referência a uma inserção cotidiana menos estigmatizante ou, corroborando as palavras de Granner, uma inserção que incluísse “a qualidade de ser travesti como algo positivo” ou o surgimento de um discurso reflexivo e crítico sobre a “essência construtiva” do “ser feminino que é a travesti”. Além disso,

mesmo que a captura estatal estivesse presente nesse empoderamento, a sociabilidade constituída na associação possibilitava novas bandeiras, ressignificações inauditas para quem só contava com os pontos de prostituição e o escuro de uma sala de cinema pornô. Travestilidade surgia então como a grande bandeira contra a qual o movimento trans luta até hoje: a patologização e a consequente barganha pela saída do Código Internacional de Doenças, sob a rubrica de “disforia de gênero”.

Janaina costumava chamar a atenção para o fato de que ela era a primeira portadora de carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na qual aparecia caracterizada como mulher, apesar de constar o nome que lhe foi atribuído no momento de seu nascimento. Janaina faleceu em 2004, vítima de um câncer pulmonar. Desde então, muitas coisas mudaram na arena do ativismo trans ao longo dos últimos anos. Uma parcela dessas transformações, como destacou Carvalho (Ibid), pode ser percebida em duas chaves de políticas públicas: o processo transexualizador⁹ e os inúmeros decretos municipais e resoluções de conselhos universitários autorizando o uso do nome social por pessoas trans no ambiente escolar. Na medida em que pessoas trans podem ser reconhecidas a partir da maneira como se autoneamearem, ou seja, do nome que escolheram para si, aumentam suas chances de permanecerem na escola. Diminuindo a evasão, tem-se, como demonstrou Luma Nogueira de Andrade (2012), uma maior escolaridade e chances de novas inserções na experiência de formação para o trabalho.

9 Se desde 1997, as cirurgias de transgenitalização já haviam deixado de ser consideradas crime de mutilação e o Conselho Federal de Medicina já havia autorizado tais procedimentos em alguns hospitais universitários do país, em 2013, como destacou o referido autor, o Ministério da Saúde lançou uma portaria (GM n.2803, de 13/11), possibilitando uma ampliação e redefinição do processo transexualizador, que passa a incluir travestis e homens trans no acompanhamento da hormonização. Por um lado, o processo transexualizador vem possibilitando uma reconfiguração na vida de pessoas trans não apenas pelo oferecimento das tecnologias de transformação corporal, mas fundamentalmente pela sanção estatal da possibilidade de tais transformações, o que tem efeitos concretos e simbólicos.

Aqui, cabe um parêntese para um outro elemento nessa nova retórica do empoderamento na experiência trans. O nome de Luma Andrade, nesse contexto, não é gratuito. Se, a partir de um determinado momento, tornou-se comum saudar, com justeza, pessoas trans que terminaram o ensino superior e se formaram – como vemos com Janaina e veremos com Camille - tornou-se comum também pensar a representatividade e o alcance político do que se escrevia sobre as vidas trans. Luma Andrade concentra e condensa ambas as posições. Ela é uma mulher trans, doutora em educação e professora universitária na UNILAB(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).Escreveu sobre juventudes trans nas escolas do Ceará e, fazendo coro a muitas de suas consortes, lamenta a ênfase dada à prostituição na literatura brasileira sobre travestis e transgêneros. Para ela, tal ênfase *“pode reforçar a ideia de um lugar de destino destas”*. E complementa: *“faz-se necessário apresentar formas de sociabilidade das travestis que não sejam alicerçadas apenas no campo da prostituição, caso contrário imobilizamos a identidade da travesti, a qual, aos poucos, com resistência e assujeitamentos, insere-se nos contextos sociais e profissionais diversos como no lugar onde ocorre esta pesquisa (a escola)”*.

A ideia de “intelectuais orgânicas” como componente de um novo tipo de empoderamento relaciona-se, especialmente a partir do final dos anos 90, com o surgimento de reflexões oriundas da teoria queer, tanto nos movimentos sociais quanto na escola. Se, por um lado, no movimento LGBTI+ e nas ciências sociais, há o abandono de interpretações psicológicas e da sexologia para pensar a experiência trans (em detrimento de uma abordagem queer político-paródica que ressignifica o estigma), na escola, novas demandas educacionais relacionadas ao reconhecimento e direitos surgiram, depois do “pânico

sexual” ocasionado pela AIDS nos anos 80¹⁰. Deve-se levar em conta que, se hoje comemoramos o dia 29 de janeiro como o dia da Visibilidade Trans, isso aconteceu também em função do fato que, passado o pânico sexual e abandonados os porões da ditadura, os sujeitos se sentiram, em uma sociedade teoricamente democrática, livres para manifestar maneiras divergente de pensar e desejos “dissidentes”.

As ressignificações até aqui anunciadas compõem uma nova economia política da visibilidade trans, com uma retórica de empoderamento muita além da individuação de Estado ou de um empoderamento tutelado. A grande maioria delas caminha no sentido do reconhecimento da alteridade travesti ou transexual como uma experiência de autonomia e liberdade. Do ponto de vista semântico, “as” travestis, “travestilidade”, “transfobia” e atualmente “mulher trans” compõem um mosaico de ressignificações que interpelam as normas de gênero, a patologização, a violência médico-psiquiátrica em designar “o verdadeiro sexo”, um certo feminismo, a representatividade, as textualizações sobre suas experiências etc. Se, no Brasil, essa proliferação semântica vem sendo gestada nessa nova cultura de grupo de pessoas trans do meio associativo, na França, algumas ressemantizações também interpelam antigas maneiras de pensar o corporal e o sexual na experiência trans, como é o caso, por exemplo, da designação “transgênero”. Camille Cabral, cuja breve “etnobiografia” textualizarei a seguir, certa vez me falou dessas categorias como sendo fruto de uma “repolitização do campo sexual”, ocasionada pela AIDS e que veio

10 Referindo-se a entrada da Teoria Queer no Brasil, Miskolci (2013, p. 38) destaca que desde o final dos anos 80, o estudo da sexualidade tinha sido moldado pelos debates em torno da epidemia da AIDS e a articulação – necessária – das demandas sociais ao interesses do Estado. A partir do surgimento do coquetel antirretroviral e a progressiva percepção da AIDS como doença tratável, ganham espaço demandas de outra ordem, voltadas à cidadania. Assim, complementa o autor, “é possível dizer que foi nas escolas, em particular no ensino básico, que o povo encontrou o Estado em emergentes tensões entre os interesses do ensino e o surgimento da demanda das pessoas por reconhecimento e direitos”.

questionar os lugares cristalizados de gênero e o lugar das travestis na experiência atual, para além do carnaval e do trabalho sexual.

Camille Cabral: “feminilidade não é monopólio de quem tem vagina”

Em meados de 2000, fui acolhido, em Paris, pela Associação PASTT (Prevenção, Ação, Saúde e Trabalho para os Transgêneros) para dar prosseguimento à minha pesquisa. A associação então era dirigida por Camille Cabral, que a havia fundado em 1980. Ela autorizou minha presença no ônibus de prevenção que a Associação faz circular pelos territórios do trabalho sexual na capital francesa (*Bois de Boulogne, Boulevard Ney* etc.). Participei como voluntário das “noitadas de prevenção” durante mais de um ano, ao mesmo tempo em que frequentava cotidianamente a associação. Contribuí um pouco na discussão de alguns projetos nos quais Camille estava engajada na época e, depois, me desliguei mais, quando conheci um prédio em um subúrbio de Paris (*Porte de Clignancourt*) onde a maioria das inquilinas eram ‘trans’ e, em sua grande maioria, brasileiras. Passei a frequentá-lo com bastante assiduidade. Se, como falou Janaina, “*quanto maior o choque cultural, mais particular o modus vivendis*”, a experiência em Paris representava a possibilidade de registrar uma nova territorialidade de travestis e transgêneros, bem como destacar as reverberações dessas experiências internacionais para o movimento trans no Brasil.

A exemplo de Janaina Dutra, Camille Cabral também é nordestina, filha de pai pernambucano e mãe paraibana. Não é advogada, mas é médica. Chegou a Paris há aproximadamente quatro décadas, para fazer especialização em doenças de pele e doenças infecciosas sexualmente transmissíveis. Ali, iniciou seu “processo de feminilização”, depois que começou a se sentir “*um pouco mais livre do peso social do Brasil*” ou,

como reforçou, quando o “*peso social ganhou menos amplitude, tanto em relação à família quanto em relação a sua profissão*”. A exemplo de Janaina, Camille fez sua transição quando estava quase se formando. Ela passou a viver sua feminilidade no dia a dia, em pequenas transformações. Tudo aconteceu mais ou menos assim: “*pouco a pouco eu comecei a me impor socialmente como mulher. Eu usava um jeans feminino, um pulôver mais ou menos, meio lá e meio cá, e fui fazendo minha transformação, meu processo de feminilização*”. Ela fez isso, como era de se esperar de uma médica, “*tomando hormônios com a posologia exata e vendo um endocrinologista*”. E complementa que “*desde a época da Residência em São Paulo, eu já sabia que minha feminilidade era completamente diferente, por exemplo, da feminilidade de um gay efeminado*”.

Em uma das tantas entrevistas que me concedeu, Camille relembrou do tempo em que trabalhava com sua mãe em uma Associação para trabalhadoras do sexo, no interior de Pernambuco. Quando se refere a essa memória, Camille fala do humanismo de sua mãe, mas destaca seus aprendizados para além de um certo assistencialismo, referindo-se à sua experiência como “ativismo político”. Afinal, a comunidade transgênero em uma cidade como Paris, diz ela, “*apresenta um grau de complexidade e um grande desafio no sentido das práticas de prevenção às DST/AIDS, especialmente pela multiplicidade étnico-cultural das trabalhadoras de sexo e das condições de vulnerabilidade que tal contexto migratório implica*”. O PASTT atende praticamente toda a população trans da América Latina, em um contexto de políticas migratórias cada vez mais adverso. A atuação do PASTT é marcada, destaca, “*pela pluralidade de línguas, modos de vida, sentimentos religiosos e impõe como tarefa a necessidade de mediação no sentido de fazer valer as diferenças, negociadas no dia a dia das práticas de prevenção*”.

No livro *O voo da beleza: experiência trans e migração* (VALE, 2013), abordei aspectos referentes ao processo migratório de travestis

e transexuais brasileiras para a França. Para os fins deste artigo, empenhado em situar alguns momentos do movimento trans no Brasil, me atenho a algumas das reverberações que esse trânsito implica em termos de ressemantizações e diálogos entre realidades distintas. Se *o voo da beleza* consiste em uma expressão ou eufemismo utilizado pelas pessoas trans para falar (ou suavizar) sobre a crua realidade de uma deportação, o deslocamento que tal experiência implica significa, antes de tudo, a busca de um lugar mais clemente, de um abrigo contra a injúria e a violência implícita nas normas de gênero: uma reivindicação de inserção “para além do carnaval”. Quando retornam ao Brasil, em férias, expulsas ou deportadas, narrando experiências maravilhosas na Cidade-Luz ou misérias intransponíveis, travestis e transgêneros reencontram antigas companheiras, são reconhecidas nas boates noturnas locais, circulam pelas associações e assim compartilham suas experiências, com outras gramáticas e semânticas. As reverberações vindas do estrangeiro dialogam com as inquietações locais.

No âmbito do movimento trans brasileiro, isso se fez particularmente presente no momento das definições em torno das categorias políticas travesti, transexual e transgênero. Em 1997, como destacaram Carrara e Carvalho (Ibid), a presença de Camille Cabral no V Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (V ENTLAIDS), provocou um questionamento sobre alguns dos possíveis usos dessas categorias. Os autores citam o relato de duas lideranças, Indianara Siquiera e Marcelly Malta. Para a primeira a discussão toda parecia uma mera questão de “nomenclatura”, enquanto a segunda manifestava, segundo a interpretação dos autores, um certo sentimento de imposição, por parte de Camille, em relação à abreviação “trans”,

ao invés de travesti e transgênero¹¹. Ora, esse tipo de produtividade política das categorias e suas consequências sociais e financeiras tem lugar depois da entrada, formalmente, das organizações de travestis no espaço do movimento, fato que aconteceu em 1995 no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (Simões e Facchini, 2009).

Certamente que a escolha dessas categorias não é gratuita. No caso específico do movimento trans, ela implica também o manejo de recursos do Estado. Achava-se que transgênero uniria travestis e transexuais e que isso implicaria em uma arrecadação maior para políticas públicas. Entretanto, essa importação era motivo de piada: Janaina, por exemplo, sempre que falava de transgênero trocava propositalmente a palavra por transgênico, em referência à produção de alimentos. Em Paris, quando eu falava com Camille sobre essas categorias, ela dizia que transgênero não pegou e que a palavra deveria ser “transgênera”.

A ideia de ressignificar travestis e transexual para “pessoas trans” ou “homens e mulheres trans” é compatível com a experiência que Camille vivia no PASTT e em Paris. Travesti acumula uma carga pejorativa, em função da atividade na prostituição (interseccionada com o lugar de classe e a migração ilegal). Transexual, ao contrário, conta com a calção da medicina e, associado aos estratos de classe média, tem a conotação de um “autêntico” desejo de ser mulher, como Carvalho tão

11 Reproduzo aqui as passagens de Indiara e Marcelly no texto de Carrara e Carvalho (Ibid, p. 312): “Em 1997 [...] foi a primeira vez que vieram pessoas do exterior. Então veio Camille Cabral do PASTT. Camille Cabral justamente trouxe essa... que, na realidade, internacionalmente a palavra usada é “transexuais”. “Travesti” não é uma palavra muito usada. Então a gente quis colocar nessa época, mas por uma questão de cultura... foi muito discutido que não... que não se identificavam com a palavra. E acabou que, a partir de 1997, começou essa briga entre as duas palavras, travestis e transexuais, entrando aí depois a palavra “transgender” ou “transgêneros” e “transgêneras”, que acabou também não sendo aceita, e ficou a briga só entre “transexuais” e “travestis”, entre as duas palavras, na realidade. Eu acho estranho porque é apenas uma nomenclatura”. (Indianara, entrevista em 27/07/2010). Marcelly Malta, também presente nessa ocasião, fala da influência internacional como se tivesse um tom de imposição: “Acho que foi a Camille Cabral que veio de Paris, que é uma militante que é presidente da PASTT de Paris, ela disse: ‘todas as travestis têm que se englobar... serem chamadas por trans... trans’” (Marcelly Malta, entrevista em 16/06/2010).

bem chamou a atenção. Sendo coerente com essa visão médica, deve-se lembrar que Camille estudou medicina, conhece os processos anátomo-fisiológicos de transformação do corpo e seu “processo de feminilização” foi todo orientado por médicos. Sua experiência também a equipou com ferramentas conceituais oriundas da literatura especializada sobre transexualidade, que contribuem na inteligibilidade e na autoconstrução de si. Categorias como “identidade de gênero” e a própria ideia da sexualidade como construção sociocultural possivelmente estejam na base para uma frase que Camille costumava utilizar e que expressou parcialmente no filme *O Voo da Beleza*: *“feminilidade não é monopólio de quem tem vagina e masculinidade não é monopólio de quem tem pênis”*.

Mas obviamente que as explicações para o porquê falar em transgênero ou em trans - saindo da grade classificatória travesti ou transexual e reduzida a uma distinção biologizante -, não é unívoca. Lembro de uma das visitas que fiz ao PASTT e encontrei uma transexual paulista que vivia entre a Suíça e Paris. Conversando sobre o porquê da categoria transgênero não ter “pegado” no Brasil ou mesmo entre suas consortes no PASTT, ela explicitou sua “leitura” sobre as benesses em torno da categoria, ou simplesmente da utilização do termo “pessoa trans”. Me disse, com outras palavras, que essa restrição da diferença entre travestis e transexuais a uma questão genital é algo muito desagradável e invasivo. Nada mais chato, dizia ela, do que a inquisição em termos de “operadas” e “não-operadas”. Trata-se, comentava, de uma questão muito íntima, que não deveria nem ser colocada. Falar de “trans” ou transgênero deixava as coisas em aberto. Na França, ela me dizia, é muito menos estigmatizante ser chamada de transexual do que de travesti. Daí talvez o fato de Camille ter sugerido à Indianara ou Marcelly Malta a utilização do termo transexual ou simplesmente trans. A “leitura” de Camille é mais condizente com alguém que não investe, como outras associações parisienses (como por exemplo a Associação Síndrome de Benjamin) no processo genital transexualizador. O PASTT

acompanha e dá apoio às pessoas vinculadas à associação que desejem fazê-lo e o fazem efetivamente, mas a perspectiva de Camille não reitera o biocentrismo ou a perspectiva biologizante segundo a qual a “natureza seria o destino”. Gênero, disse Camille, também no filme *O Voo da Beleza*¹², é uma coisa mental, “*nós nunca seremos uma mulher biológica, pois nossa questão se passa aqui* (nesse momento ela coloca o dedo para a cabeça), *nossa questão é uma questão de gênero, de identidade*”.

Se por um lado, o processo transexualizador assimila o movimento das trans ao movimento feminista, por outro, esse trânsito não se faz sem conflitos e exclusões. Camille se queixava constantemente de algumas feministas, para as quais a categoria mulher se restringia à biologia. Daí talvez a frase “*feminilidade não é monopólio de quem tem vagina*” reverberar em seu discurso. Alguns dos argumentos do tipo de feminismo que Camille criticava – que brincando com ela chamei de “fundamentalista” –, podem ser circunscritos a partir e alguns argumentos da filósofa feminista americana Janine Raymont sobre a experiência trans. Em 1981, ela afirmou que o “*transexualismo constitui um programa sociopolítico que concorre de maneira desleal com o movimento das mulheres cujo objetivo é suprimir a opressão dos papéis sexuais estereotipados e impostos em nossa sociedade*” (p. 16-25). Para ela, trata-se de um “*problema de homens*” e

a fabricação dos homens-fêmeas é uma manifestação dentre outras da tradição masculina de criação de um *ersatz* (sucedâneo) de mulher que visa a arrancar das mulheres o poder inerente à biologia feminina e que compreende notadamente a fecundação artificial [...] Os homens-tornados-mulheres-frabricadas (*hommes-devenus-femmes-fabriquées*) tentam neutralizar as mulheres transformando a mulher biológica em algo inútil,

12 O filme *O Voo da Beleza* por ser acessado clicando no link: <https://youtube/vSQ7pYW5HZ0>

algo que constitui uma solução final que o império transexual encontrou para o problema das mulheres (RAYMOND, 1981, p. 142-143, tradução minha).

Raymond destaca ainda que a sociedade patriarcal¹³ e suas definições de masculinidade e feminilidade constituem a causa primeira do “transexualismo”. Os sujeitos transexuais são vistos por ela como “*assujeitados às definições sociais dos papéis de gênero*” e “*escravos do corpo*”. Acentua-se aqui a ideia de que o “transexualismo” ou o movimento transgênero não representam uma transgressão das categorias de gênero suscetível de contribuir para “(trans)cender” o sistema de relações de poder entre homens e mulheres; ao contrário, tal experiência aparece mais como uma reprodução invertida dessas relações de poder¹⁴. Assim, a perspectiva de uma transgressão, de algo que provocasse um salto à exterioridade, um devir “autêntico”, é completamente descartado por Raymond. Mesmo quando se refere ao atual “movimento transgênero” a autora é irredutível, pois o movimento transgênero representaria um recuo em relação às conquistas feministas dos anos 1960 e 1970.

13 Butler (2003) lembra a crítica feita, nos anos recentes, à “noção de um patriarcado universal” como “princípio universal pressuposto” de dominação (masculina). Diz a autora que a “*urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia de estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres*”. Ressalta ainda que “*embora afirmar a existência de um patriarcado universal não tenha mais a credibilidade ostentada no passado, a noção de uma concepção genericamente compartilhada das ‘mulheres’, corolário dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar*” (BUTLER, 2003, p. 21).

14 O movimento transgênero encorajou mais um estilo do que uma política de resistência. Um expressivo individualismo tomou o lugar da contestação coletiva do poder. Assim fazendo, ele [o transgenderismo] despolitizou o gênero, despolitizando o feminismo. Os novos fora-da-lei do gênero não são outra coisa que os antigos conformistas do gênero, sendo que dessa vez existem homens que se conformam à feminilidade e mulheres que se conformam à masculinidade. Ou para ser mais condizente com a nova versão do transgênero, nós temos homens e mulheres que se misturam sem ir muito longe em seus propósitos.

Ora, é surpreendente que, como me lembrava Camille, em um mundo onde a “dominação masculina” é constantemente denunciada, mas bastante presente, pessoas nascidas com o sexo masculinoreivindiquem para si o “papel” feminino e busquem transformar-se em mulheres. Pensar a experiência do movimento transgênero como conformismo é desconhecer a difícil tessitura desse lugar de fala, desconhecendo também o peso e o preço que pessoas trans pagam ao se transformarem em mulheres. No Brasil, por exemplo, onde alguns delitos são relativizados em seu valor e infração e as leis perderam o poder normativo e os meios legais que deveriam ter na garantia da cidadania, para travestis e transgêneros essa violência tornou-se um item obrigatório em seu cotidiano, criando em seus algozes a convicção de que a injúria, a chacota, o desdém, a brutalidade e o crime são inevitáveis. Supor que alguém suporta todas essas vicissitudes e brutalidades apenas porque deseja reproduzir a dominação masculina utilizando-se de uma “imagem-pretexto” da mulher é desconhecer os limites do essencialismo e da naturalização.

Todo esse processo de ressemantização até chegarmos a categorias como “mulheres trans” ou transfeminismo passa por táticas de aproximações e distanciamento em relação aos vários feminismos. A tessitura de um movimento acontece lentamente, assim como as mudanças. Se, hoje, lideranças como Janaina, Camille e tantas outras, citadas neste breve ensaio, aparecem como referências importantes para o movimento e para nossa experiência de forma geral é porque elas interpelam acerca de referentes dados como estáveis e, muitas vezes, imutáveis. Nesse contexto, a categoria mulher, como podemos observar nas considerações de uma feminista como Raymond, aparece como essência e um dado da natureza. Nas considerações a seguir, à guisa de conclusão, retomarei esse fundamentalismo feminista para interpelá-lo a partir de outro horizonte, especialmente àquele pensado pela filósofa Judith Butler.

À guisa de conclusão

Nos parágrafos anteriores, trouxe o relato de uma experiência de pesquisa com duas lideranças vinculadas aos primeiros tempos do atualmente denominado “movimento trans”. Abri esse plano de escrita com uma postagem de Facebook da ativista, graduada em filosofia e professora no Ensino Médio, Syssa Ádley Monteiro. Seu relato concentra e condensa algumas das pautas mais importantes do movimento trans nos dias atuais. Tentei cotejar algumas dessas pautas por meio dos relatos de Janaina Dutra e Camille Cabral, situando alguns momentos constitutivos do movimento trans, sua retórica cultural, seus processos de ressemantização e o trabalho de construção de uma economia política da visibilidade voltada para um novo tipo de inserção social. Finalizei a descrição da narrativa de Camille indicando alguns dos impasses que o movimento trans encontra face a um feminismo fundamentalista.

Quando falo aqui em economia política da visibilidade, tenho em mente o trabalho de Gayle Rubin sobre economia política do sexo. Rubin pensa a sexualidade como um dispositivo histórico, marcado por relações de poder e dominação. A essa parte da vida social que envolve a opressão às minorias sexuais, ela denomina “*sistema de sexo/gênero*”. Esse sistema consiste em um conjunto de disposições e interdições por meio das quais o mundo social e generificado transforma a sexualidade biológica. Ora, regimes de visibilidade constituem-se como elementos centrais dessa economia política, especialmente no caso das sexualidades ditas dissidentes, não normativas e/ou não binárias. A visibilidade, no caso das pessoas trans, se faz primeiramente pela colocação em cena de um capital-visual que interpela às normas de gênero. Desde que os variados processos de ressemantização entraram em jogo na construção do movimento, um novo regime de visibilidade, “diurno” e “engajado”, construído em contraposição à atividade noturna da prostituição, passa a figurar nas barganhas políticas do próprio movimento.

Na experiência trans, reconhecimento, desejo e poder movimentam-se e dão visibilidade ao mundo “inquestionado” das categorizações sexuais, sinalizando para a radicalidade do gênero como categoria histórica. Uma vez que embaralham as cartas do jogo sexual, as pessoas trans explicitam a capilaridade de uma experiência que traduz alteridades e diferenças. Suas performances desnaturalizam os significados presumidos para uma suposta ordem sexual, dando a ver estados liminares (portanto, liminoídes), brechas e potências antiestruturais¹⁵. A experiência transgênero constitui um vasto campo de ensinamentos e experimentações, dado que, em tais pessoas, as categorias sociosexuais, quase sempre propensas a um centramento naturalizante, são profundamente colocadas em questão, “bricoladas” e, no limite, indicam “cenários de interlocução” passíveis de questionar tanto os “referentes sociológicos” quanto os ideais (sempre inalcançáveis) do que seja “a” masculinidade e “a” feminilidade. Isso não implica em dizer que, imediatamente, toda experiência trans ultrapasse o binarismo dos gêneros, tampouco em heroicizar as pessoas trans e/ou transformá-las em eternas vítimas da história.

Implica antes no reconhecimento de que no vantajoso processo de desnaturalização e descentramento que suas experiências operam, as pessoas trans nos dizem que, como o fez Camille, “*a masculinidade não é monopólio de quem tem pênis e que a feminilidade não é monopólio de quem tem vagina*”. E em que sentido tal processo se faz vantajoso para todas as pessoas falantes, viventes e desejantes? Porque nos ensina que o aprendizado se faz pelas diferenças. E que a “dessubjetivação

15 Em *O Voo da Beleza: experiência trans e migração* (2013) discuti as experiências trans como experiências performáticas liminares, liminoídes a partir de Victor Turner. De forma muito simplificada e demasiado esquemática, liminaridade foi pensada como transição, como momento anti-estrutural que depois se rotiniza e vira estrutura (especialmente em pessoas transexuais ou transgênero cujo “capital-corpo-feminilidade” lhes permite passar “despercebidas”), como liminaridade permanente (o que chamei de transitar para o transitório) e como experiência liminoíde ou performática, quando inflexão e reflexividade operam como interpelações ao sistema sexo/gênero.

crítica” implicada em tal produção incide sobre a renúncia a reivindicar a ilusão de uma identidade fixa e coerente. O movimento trans é também privilegiado para pensar aquilo que DeSousa Filho (2017, p. 371) denominou de “*produção de subjetividades na dessujeição*”, quando os indivíduos se abrem para “*a construção de subjetividades criativas e ativas em resistência às subjetivações impostas*”.

Mas quais os significados e o sentido que assume a ideia de se desfazer de concepções normativas e restritivas da vida sexual e sexuada? Desfazer o gênero, explicou Butler (2012), pode significar uma supressão do eu (moi) e da personalidade de um indivíduo, assim como uma resignificação de sua existência. No primeiro caso, o sujeito é engolido por uma concepção normativa e patologizante do gênero – o que o impede de encontrar uma alternativa para situar sua experiência no domínio sociosexual. Aqui, a “violência das normas de gênero”, fundadas no amálgama do pecado, da culpa e do diagnóstico, impõe-se como fonte de angústia e sofrimento. No segundo caso, quando o sujeito transita definitivamente ou “transita para o transitório”, ele ou ela são incitados a abrir mão de todo um conjunto de representações indesejadas de si, passando a lutar contra as interdições públicas que pesam sobre sua existência “dissidente”.

Longe de ser simplesmente uma filiação a um gênero já estabelecido, talvez seja necessário, dirá Butler (BUTLER, 2013, p. 293), compreender a identificação transgênero como uma “*fantástica demanda relacional*”. Nessa construção, é o caráter fixo do referente sociológico “garoto” que é posto em crise pela dissonância. Pode ser, diz Butler (BUTLER, 2013, p. 293), que o garoto que não deseje jogos de espada e guerras fantásticas e prefira fitas e vestidos, encontre, no que chamamos de “feminilidade”, “*uma maneira de articular um conjunto de orientações, de desejos, de modos de se apresentar ao outro, de se fazer atraente para um outro*”. Nesse contexto, tem-se talvez um “*garoto sociológico em vias de negociar suas necessidades mais elementares por*

meio das convenções da feminilidade”. A identificação transgênero supõe, portanto, um deslocamento na maneira de nomear os fatos sociológicos.

Quando a jovem debutante de uma carreira trans escuta da parte de seus parentes, psicólogos, professores e religiosos uma frase do tipo “se você viver assim, você terá uma vida de sofrimento”, a pretensão de validade de tal enunciado já é esmagadora, provoca “sofrimento de gênero”. Essas advertências, por mais que elas possam parecer cheias de boas intenções, não deixam de ser paternalistas e assistencialistas. Possivelmente, dizem respeito a tudo que uma criança ou adolescente trans não quer ouvir. Tais enunciados atuam em função da normalização do gênero. Para uma criança efeminada ou masculinizada, a norma anunciada não chega aos seus ouvidos como uma simples comunicação desinteressada. Ela carrega colorações sombrias de injúria e abjeção. Isso porque a injunção ao gênero normalizado, da ordem do tipo “seja assim, seja assado”, constitui um outro tipo de sofrimento, uma vez que a própria enunciação, que busca atenuar o sofrimento da vida não normalizada de uma criança de gênero “dissidente”, transforma-se na causa do sofrimento. Em termos performativos, tudo se passa como se a advertência quanto ao sofrimento vindouro já fosse o sofrimento causado. Para aqueles e aquelas cuja vida não se aproxima ou não pode se aproximar da norma, o ato do discurso que comunica a norma não apenas provoca sofrimento, como reforça também a existência de um não-lugar ou de um limbo de identificação.

Em que momento, então, pode-se dizer que a identificação transgênero necessita de um deslocamento na maneira de nomear os fatos sociológicos? No momento em que, por parte da pessoa concernida, existe uma demanda a ser considerada do gênero de sua predileção. Butler dirá que a identificação ganha forma como *discurso* e como *endereçamento*, em um contexto no qual o fato de ser reconhecido na linguagem constitui uma parte da realidade social em questão. Quando, por exemplo, uma garota se identifica como garoto

e existe uma demanda de mudança na designação sociológica, dois atos têm lugar: “o primeiro é um ato de auto-nomeação, mas o segundo é uma forma de endereçamento, um endereçamento a um ‘tu’ ao qual é solicitado o reconhecimento dessa pessoa como um garoto”(BUTLER, 2013, p. 293). Nesse momento, retomo a autora, “nós não podemos falar da identificação como uma realidade exclusivamente psíquica, como alguma coisa que é acoplada de maneira interna e que existe separadamente de uma identidade sociológica ou de uma cena sociológica de interlocução”(BUTLER, 2013, p.294).

A autonegação interpela o referente sociológico, que passa a ser visto como inviável para inaugurar ou garantir o processo reivindicado. Por que inviável? A crise do caráter fixo do referente sociológico colocado em cena pelas figurações trans e a forma de lidar com essa aparente “dissonância” serão determinantes para o autoreconhecimento e a inteligibilidade cultural que uma pessoa transgênero terá em sua vida. A realidade social do gênero, como já foi destacado, depende do reconhecimento. Ela é constituída pelas práticas de nomeação – autonegação e nomeação pelos outros. Se, nesses cenários sociológicos de interpelação, o referente sociológico não consegue inaugurar uma inteligibilidade normativa de gênero e tampouco garantir uma explicação do que se passa nessas experiências ditas “dissonantes”, então, no âmbito de uma pedagogia reversa, é preciso interpelar a própria dissonância que existe nas convenções que orquestram a performance social de gênero. “É o próprio sistema sexo-gênero, criado por vocês, que não nos comporta!”, as trans poderiam dizer.

Esses novos cenários sociológicos de interlocução vêm sendo construídos duramente nos interstícios das estruturas sociais, nos engajamentos diurnos e em novos espaços de atuação por parte da população trans. Ao ressignificar os modos de endereçamentos que lhe são destinados, elas ressignificam simultaneamente as relações de gênero ou a ideia de uma identidade primária e estável. Em sua agonística atual,

que passa pela construção de uma nova retórica de empoderamento, um de seus objetivos – penso eu – diz respeito à possibilidade de que as experiências trans se rotinizem como experiências costumeiras e não mais como algo da ordem do “exótico”, “patológico” e/ou “fantasioso”. O caminho ainda é certamente longo, levando-se em consideração o Código Internacional de Doenças, mas a seriedade com que as reivindicações de despatologização têm sido operadas pelas pessoas concernidas no movimento trans, tem conformado um novo tipo de visibilidade que passa também pela formação de “intelectuais orgânicas”, (ou “orgânicos”, se estivéssemos abordando a experiência de pessoas transhomens) comprometidas com a auto reflexividade e textualização de suas próprias experiências.

O alcance pedagógico dessa formulação de Butler será fundamental para que se possa pensar uma espécie de pedagogia reversa ou rizomática, como diria Deleuze (1972). Uma pedagogia que interpela a naturalização e a patologização das experiências de gênero, ao mesmo tempo em que interpela o lugar de autoridade daqueles e daquelas que lidam com a experiência pedagógica, familiar, religiosa. Educar na e para a experiência da diferença implica no investimento e na reflexividade necessária para a construção de um mundo equânime. Tal pedagogia passa necessariamente pela capacidade de desenvolver uma relação crítica em relação a essas normas. Pressupõe distância e capacidade de suspender ou recusar tais normas, um tipo de performance pedagógica que consegue “olhar o lugar olhado das coisas”, se colocar no lugar do outro, “abrir mão” da violência das normas de gênero. Nisso talvez consista a potência de agência de todas as pessoas tidas como abjetas ou consideradas como párias sociosexuais. A ideia de uma pedagogia reversa sinaliza o reconhecimento de uma capacidade, necessariamente coletiva, de elaborar uma versão alternativa, minoritária e que leve adiante a radicalidade do gênero pensado como categoria histórica, isso que deveria unir os movimentos trans e feministas.

Para algumas feministas, dirá Preciado (2000), existe um desconforto em relação à experiência trans. A autora recusa a ideia de que as pessoas trans se encontrariam engajadas numa atitude de recusa da feminilidade, das mulheres e do feminismo. Recusa também a ideia de que subjaz, nas pessoas trans, uma busca a se conformar as normas misóginas, pela reprodução dos ideários do patriarcado. O autor destaca que o feminismo fundamentalista ignora a possibilidade de um devir na experiência transexual ou transgênero pelo falta de tal feminismo ter-se mantido preso numa dicotomia natureza-cultura, impossibilitando-o, assim, de pensar a própria feminilidade como uma tecnologia de sexo/gênero. Se por um lado, o feminismo deve ser celebrado como uma das grandes rupturas epistemológicas e políticas do século XX, por outro,

para bom número de feministas, a tecnologia remete a um conjunto de técnicas (não simplesmente de instrumentos e de máquinas mas também de procedimentos e de regras que presidem seus usos – do teste genético à pílula, passando pelos exames peridurais) que objetificam, controlam e dominam o corpo das mulheres. (PRECIADO, 2000, p. 73)

Essa perspectiva de pensar a tecnologia terminou por supor a categoria “mulher” nos moldes do essencialismo. Preciado (*Ibid*) ressalta que, até o trabalho de Donna Haraway, as análises feministas da tecnologia – a autora cita Simone de Beauvoir, Bárbara Ehrenreich, Gena Corea, Adrienne Rich, Mary Daly, Linda Gordon, Evelyn Fox Keller – associaram toda forma de tecnologia ao patriarcado, priorizando a noção de tecnologia reprodutiva em detrimento da noção de tecnologia de sexo. As pessoas ou as mulheres trans lembram ao feminismo que a feminilidade também é uma tecnologia. Assim, a autora propõe uma abertura no conceito de tecnologia e, por via deste, sugere repensar o feminismo para além das oposições binárias natureza/cultura, feminino/masculino, reprodução/produção.

Aqui, as questões de “*garde-robres*”, de “hormônios”, “cirurgia” e “postura”, que Raymont tanto critica, recebem uma leitura mais atenta. A questão não é mais a de saber se vamos desempenhar o papel feminino contra o masculino, ou o contrário, e, sim, fazer com que os corpos, todos os corpos, consigam livrar-se das representações essencialistas, dos constrangimentos do ‘corpo social’, bem como das posturas, atitudes e comportamentos estereotipados. Para enxergar isso na experiência transgênero, é preciso imaginar um tipo de pensamento que vá além da “máquina binária” e que possibilite pensar na experiência de travestis ou transgêneros numa experiência de devir. Não se trata de dizer que, ao realizar uma crítica da identidade, a teoria *queer* se nega a entrar nas barganhas políticas de uma afirmação identitária. “*Queerizar*” o feminismo possibilita repensar a identidade. Somente nesse horizonte haveria abertura para pensar a experiência transsexual ou transgênero para além do mero repasse da dominação masculina, fantasmagorias vestimentárias ou uma “falsa política das sexualidades”, como gostaria Raymond. O que é problemático na perspectiva dessa autora é que a verdade e a falsidade do gênero se decidem na biologia, conduzindo o feminismo para uma “renaturalização” da mulher.

Será no contexto dessa discussão que Butler, em *Défaire le Genre* (BUTLER, 2013, p.294), irá conclamar uma união entre o movimento trans e o movimento feminista, principalmente pelo conjunto de valores comuns a ambos e a necessidade de fazer valer a radicalidade do gênero como categoria histórica. Como demonstrou o movimento intersexual, dirá a autora, nada escapa ao enquadramento cultural, nem a anatomia e muito menos o sexo. Isso significa dizer que o gênero é aberto a constantes reformulações. E complementa, destacando, com outras palavras, o que foi dito por Camille: a própria atribuição da feminilidade ao corpo feminino como se ele fosse uma propriedade natural ou necessária existe no interior de um enquadramento normativo no qual a atribuição da feminilidade à “fêmea humana” é

um dos mecanismos da produção do gênero. Assim, ao invés de ficar buscando nas pessoas transgêneros ideias invertidas, representações e práticas de machos e fêmeas, melhor seria concentrar a atenção no “como” esses indivíduos podem ser vistos como “*elementos centrais em configurações culturais de sexualidade, sexo e gênero*”, e buscar investigar como tais pessoas clarificam essas ideias, representações e práticas no campo da política sexual. (KULICK, 1998, p. 15). Nesse sentido, o diálogo entre os vários movimentos depende da capacidade de viver e negociar as tensões, sem reduzi-las a “*soluções dogmáticas*” ou “*soluções muito fáceis*”.

As economias políticas da visibilidade e do empoderamento trans são tributárias desses enfrentamentos e desses diálogos com os outros lugares sociais do movimento organizado. Enfim, a “receita” do alegre caos de alguns segmentos da mobilização trans, malgrado suas contradições e tentação molar, identitária, segmentaridade, dualismo, grupismo, centralismo, sua oscilação *entre* molar/molecular/molecular/molar pode inspirar aquilo que Deleuze (1997) denomina de uma *pedagogia rizomática* – o rizoma é horizontalidade que multiplica as relações e os intercâmbios que dele se originam. Essa pedagogia reversa que interpela os limites dos referentes sociológicos pode ocupar o lugar de uma fala dissidente, abrindo-se à criação e às conexões: desterritorializações e linhas de fuga. A vida, assim compreendida, é um contínuo fluxo e refluxo, potência de interação e produção de sentidos.

Referências

ADELMAN, Miriam. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos, in Adelman e Silvestrin (dir.), *Gênero Plural: um debate interdisciplinar*. Curitiba: Edições UFPR, 202.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Fortaleza: mimeo, 2012. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1>

_____. *Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2015.

BERSANI Leo. *Homos: repenser l'identité*. Paris : Odile Jacob, 1995.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of « sex »*. New York: Routledge, 1993.

_____. *La vie psychique du pouvoir: l'assujettissement en théories*. Paris : Editions Léo Scheer, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Le pouvoir des mots: politique du performatif*. Paris : Éditions Amsterdam, 2004.

_____. *Défaire le genre*. Paris : Éditions Amsterdam, 2012.

BOURCIER, Marie Hélène. *Des « femmes travesties » aux pratiques transgenres : repenser et queeriser le travestissement*. Paris : Clio. Histoire, femmes et sociétés, 1999.

_____. *La Fin de la Domination (masculine): pouvoir de genres, féminismes et post-féminismes queer*. Multitudes. Paris : Éditions Exils, 2003.

CARVALHO, Mario. e CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.) [online]. 2013, n.14, pp.319-351. ISSN 1984-6487. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. In: *Cadernos Pagu*. n 52. Campinas 2018. Epub May 03, 2018, On-line version ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/1809444920100520011>

DELEUZE Gilles (1972), *L'anti-oedipe: capitalisme et schizophrénie*. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

DESOUSA FILHO, Alípio. Tudo é construído! Tudo é revogável: a teoria construcionista nas ciências humanas. São Paulo: Cortez, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. Paris : Editions Gallimard, 1994.

KULICK Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LE BRETON, David. *Les Passions Ordinaires. Anthropologie des émotions*. Paris : Armand Colin, 1988.

MISKILCI, Richard. *Teoria Queer : um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.

PRECIADO, Beatriz. *Manifeste contra-sexuel*. Paris : Balland, 2000.

RAYMOND, Janice. *L'empire transsexuel*, Paris, Seul, 1981.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York: Paj Publications, 1988.

_____. Do Ritual ao Teatro: a seriedade humana de brincar. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. No Escurinho do Cinema: cenas de um público implícito, São Paulo, Annablume, 2009.

_____.(2013). O Voo da Beleza: experiência trans e migração. Fortaleza: RDS Editora, 2013.